



CONTRIBUIÇÕES DO IDEÁRIO MODERNO NOS PROJETOS PARA O EDIFÍCIO DE APARTAMENTOS CARICÉ EM JOÃO PESSOA, BRASIL

SILVA, LÍDIA P. (1);

1. CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Rua Sá Nogueira, Polo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-063 Lisboa, Portugal e Instituto Federal de Pernambuco, Campus Caruaru, Estrada do Alto do Moura, KM 3,8, s/n, Distrito Industrial III, 55040-120, Caruaru, Brasil. lidia.pereira.arq@gmail.com

FARIAS, HUGO L. (2)

2. CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Rua Sá Nogueira, Polo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-063 Lisboa, Portugal. harias@fa.ulisboa.pt

RESUMO

Este artigo tem por objetivo descrever os projetos propostos pelos arquitetos Florismundo Lins e Heleny Lins e pelos engenheiros Walter Vinagre e Romildo Marques para o edifício de apartamentos Caricé, localizado na cidade de João Pessoa, Paraíba, no nordeste do Brasil, entre o final da década de 50 e meados dos anos de 1960. Partindo do entendimento que, em meados do século XX, a construção de edifícios habitacionais em altura no centro de João Pessoa ocorreu em um contexto específico, no qual a verticalização surgia como resposta ao desejo de modernização da imagem da cidade, buscou-se verificar a influência do movimento moderno nos projetos desenvolvidos para o Caricé, a partir de uma leitura quanti-qualitativa. Como suporte para a análise, foram utilizadas imagens divulgadas na Revista Acrópole do ano de 1959 e os desenhos do projeto original, refeitos pelo Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) da Universidade Federal da Paraíba. Após a interpretação dos projetos, foi possível observar que as duas versões se relacionavam com o fator de ordem ideológica, porém apenas uma resguardava o fator econômico, e que em ambas as propostas são perceptíveis as contribuições do ideário moderno nos projetos para o edifício de apartamentos Caricé, entretanto em graus e aspectos diferentes.

Palavras-chave: Movimento moderno; Habitação multifamiliar em altura; João Pessoa; Edifício Caricé.



INTRODUÇÃO

O século XIX é marcado por uma progressiva industrialização que provocou um novo tipo de cidade. Os desdobramentos ideológicos, políticos, econômicos e os avanços técnicos acarretaram simultaneamente duas revoluções – demográfica e econômica – as quais promoveram mudanças profundas na distribuição territorial da cidade industrial oitocentista (PEREIRA, 2010).

O aumento gradual da população urbana forçou um crescimento físico da cidade, a partir de expansões interiores – com a ocupação dos vazios urbanos e o aumento das alturas das edificações – e de expansões exteriores, para além dos seus limites. Essas ampliações externas, por vezes, de forma espontânea, outras de modo planejado, alteraram a organização e a ocupação do território das cidades ao longo dos anos.

O adensamento das cidades sem planejamento e a situação da população menos favorecida motivaram o pensamento higienista, que passou a nortear as intervenções necessárias à adequação do ambiente urbano à nova estrutura social. Esses fatos perpassaram o século XIX e culminaram com alterações fundamentais nos espaços de morar e, conseqüentemente, na arquitetura da habitação no século XX. E entre os elementos mais representativos na formação da paisagem urbana no último século estão os edifícios multifamiliares em altura (COELHO, 2017).

No Brasil, entre as décadas de 1930 e 1940, houve a multiplicação dos prédios de apartamento, e embora suas fachadas acompanhassem o “modernismo”, seus interiores repetiam as soluções de planta das residências isoladas (REIS FILHO, 1970). Diferentemente do que ocorria em outras regiões do país, até à década de 1950, a cidade de João Pessoa “tinha por característica principal suas construções pouco elevadas (nunca excediam de três andares)” (A UNIÃO, 1963, p.3).

Entre os primeiros edifícios habitacionais altos de João Pessoa estão o Edifício Presidente João Pessoa (1958) e o Edifício Caricé (1967). A construção desses edifícios no centro da cidade ocorreu em um contexto específico, no qual a verticalização surgia como resposta ao desejo de modernização da imagem da cidade e a área central ainda era a mais valorizada, mesmo com a consolidação da expansão em direção aos bairros litorâneos (CHAVES; TINEM, 2013).

Fato esse, comprovado pela rejeição do primeiro projeto para o Edifício Caricé pelos incorporadores imobiliários, “por causa do aproveitamento proposto para o lote: 40 apartamentos distribuídos em dez andares” (PEREIRA, 2008), sendo construído no lugar um edifício com 117 apartamentos distribuídos em 14 andares. Assim, o presente artigo tem como objetivo descrever os projetos propostos para o Edifício Caricé, buscando verificar a influência do movimento moderno em suas composições, a partir de uma leitura quantitativa, visto que, naquele momento, na arquitetura local surgia um novo tipo de construção – o edifício



em altura – que materializava um novo modo de morar, com a substituição das “casas térreas por prédio de vários pavimentos” (A UNIÃO, 1958, p.3).

Para tanto, a investigação proposta tem como suporte a análise de imagens divulgadas na Revista Acrópole do ano de 1959 e dos desenhos do projeto original, refeitos pelo Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) da Universidade Federal da Paraíba. O artigo é estruturado em três seções distintas. Na primeira seção, são apresentados brevemente a organização da habitação, da agregação dos alojamentos e da cidade, de acordo com as premissas do movimento moderno. Na segunda, são traçadas considerações sobre a verticalização habitacional no centro de João Pessoa. Na terceira seção, são apresentadas interpretações baseadas nas descrições dos projetos, e os resultados obtidos são confrontados com o entendimento das configurações espaciais preconizadas pela agenda moderna. Ao final, são feitas ponderações sobre as duas versões de projeto desenvolvidas para o edifício de apartamentos Caricé.

1. O IDEÁRIO MODERNO – DA HABITAÇÃO MÍNIMA À CIDADE MODERNA

Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) desempenharam um papel determinante para a discussão, operacionalização e divulgação do ideário moderno, e “afirmaram, de modo explícito, que a arquitetura estava inevitavelmente sujeita às necessidades, mais amplas da política e da econômica” (FRAMPTON, 1997, p. 327). Porém a arquitetura moderna foi além, representando a reconstrução do modo de vida, perpassando os limites de estilo e estampando uma causa, onde as questões sociais, no pós-guerra, configuravam-se como ponto de partida para a nova linguagem arquitetônica que estava a ser consolidada (KOPP, 1990).

Para responder às demandas de ordem econômica e ideológica do início do século XX, a arquitetura moderna buscou introduzir na produção das habitações métodos de produção eficientes e dimensões normativas. Como alternativa aos processos de trabalho artesanais, a racionalização da indústria da construção tornou-se “requisito inicial para aumentar a produção de casas” (KOPP, 1990, p. 328) e, conseqüentemente, para combater o déficit habitacional que assolava a Europa após os conflitos bélicos.

Nos primeiros CIAM, as ideias de habitação mínima, densidade e altura abriram caminho para a difusão do edifício multifamiliar em altura. A busca por novos padrões de moradia que garantissem o respeito aos requisitos mínimos de vida com custos reduzidos foi o ponto central das discussões do II CIAM, realizado em 1929, na cidade de Frankfurt (BENEVOLO, 2001).

Sob a prerrogativa de fazer todos os esforços necessários para resolver o problema da habitação com custos mínimo(s), entre os assuntos debatidos no II CIAM estavam: a redução da área dos apartamentos; o aumento



da iluminação natural e da ventilação; a concessão de um cômodo, mesmo que pequeno, para cada membro adulto da família; e a predileção da habitação coletiva (BENEVOLO, 2001).

Além disso, nessa segunda reunião, foi posto o questionamento de que o problema da habitação mínima não se resumia apenas à questão formal, mas que se tratava também da maneira de viver dos seus habitantes, que assim como a concepção e a construção, o comportamento dos habitantes dentro das residências também deveria ser racionalizado (KOPP, 1990).

Os arquitetos presentes no II CIAM consideravam necessário buscar uma nova solução para “a casa ideal”. Essa proposta deveria ser um instrumento para uma nova cultura habitacional, onde novos hábitos e modos de vida pudessem se originar (FRAMPTON, 1997). Novas soluções para o espaço doméstico foram propostas a partir dos desenvolvimentos técnicos, que possibilitaram a operacionalização, a viabilização financeira e a evolução das propostas iniciais de habitação mínima apresentadas (PEREIRA, 2004).

Entre elas, a separação da cozinha e da casa de banho, em razão da separação das canalizações habitacionais e a institucionalização de espaços de mediação entre os quartos e a sala, configuraram, posteriormente, a lógica da organização do espaço moderno, baseada na setorização funcional, com a delimitação da casa em três zonas: social (sala comum), privada (quartos e casa de banho) e serviços (cozinha) (PEREIRA, 2004). Além da fusão entre as salas de estar e jantar em um espaço único, não havendo mais a diferenciação entre esses cômodos, por se tratar de um “espaço de congregação das práticas realizadas conjuntamente pela família” (PEREIRA, 2004, p. 88).

Para os higienistas, a habitação poderia ser reduzida, desde que a ventilação e a insolação fossem aumentadas e que fossem reconhecidas as tendências solidarizantes que tornavam mais oportunas as casas de habitação coletiva do que as casas individuais (BENEVOLO, 2001).

Essas tendências estavam relacionadas com a premissa de “dar casa a toda a população” e com os problemas dos “mínimos”, tendo como pano de fundo as necessidades socioeconômicas das classes menos favorecidas e a busca por uma maior justiça social, e levaram a discussão sobre a redução também para os custos gerais, como dos terrenos, das ruas e da infraestrutura. Assim, o problema da habitação assumiu uma nova dimensão, a escala do bairro.

Entretanto em 1930, a abordagem da habitação ultrapassou a escala do bairro e assumiu a escala da cidade. Nesse ano, foi realizado em Bruxelas o III CIAM, onde as questões relacionadas ao uso mais eficiente do solo e o loteamento racional foram abordadas. Entre as discussões, Gropius levou para o debate “as regras de implantação e afastamento dos edifícios e as suas relações com a altura e a densidade habitacional” e o quesito “casas altas, médias ou baixas?” (LAMAS, 2017, p. 340).



Os arquitetos presentes no congresso consideravam a experiência com casas baixas e médias (de quatro a cinco andares) suficiente para julgar a sua eficácia, porém em relação às casas altas, eles dispunham apenas da experiência americana com moradias de luxo. Diante deste fato, o congresso constatou que esse tipo de moradia poderia oferecer uma solução para o problema do alojamento mínimo, porém, sem demonstrar que era a única forma desejável (BENEVOLO, 2001).

Em seguida, as discussões sobre a habitação mínima e o agrupamento dos alojamentos, o debate sobre a cidade funcional, onde as relações entre habitação e equipamentos seriam os responsáveis pelo bom funcionamento de uma cidade, configurou o tema do IV CIAM. Nesse congresso, realizado em 1933, os participantes produziram o documento mais representativo dos CIAM: a Carta de Atenas. Publicada apenas em 1941, por iniciativa de Le Corbusier, a Carta formulou exigências e estabeleceu critérios para organização e gestão das cidades (LAMAS, 2001). Nesses critérios, cada função – habitar, trabalhar, recrear e circular – teria um lugar próprio e as circulações entre peões e automóveis seriam separadas.

Nesse momento, a arquitetura moderna entrou em embate com a morfologia da cidade tradicional, repudiando por completo o quarteirão e a rua, e abolindo o loteamento como processo de fazer a cidade (LAMAS, 2001). A forma urbana passou a decorrer das novas formas de agrupamento da habitação e das exigências habitacionais, como conforto, higiene e salubridade.

Na cidade tradicional, a dimensão e a organização do alojamento resultavam da forma do edifício, e este da forma do lote e da sua posição no quarteirão. Para o urbanismo moderno, a célula habitacional é o elemento-base de formação da cidade, onde o agrupamento de células habitacionais determina a forma do edifício e o agrupamento de edifícios determina a forma do bairro (LAMAS, 2001).

Edifícios altos espaçados, áreas funcionalmente especializadas organizando a cidade, vias hierarquizadas privilegiando os deslocamentos e tipologias construtivas bem precisas, formadas por um bloco regular, elevado do solo por pilotis, em virtude dos programas, caracterizavam a cidade dos CIAM, que tinha sua configuração determinada a partir da célula habitacional e dos dogmas apresentados na Carta de Atenas.

Embora o conteúdo da Carta de Atenas seja considerado por muitos autores como polêmico e até “essencialmente destrutivo” (FRAMPTON, 1997, p. 328), não se pode negar a influência do documento na forma das cidades, mesmo que em muitas práticas urbanísticas, os pressupostos funcionalistas não tenham sido adotados totalmente ou corretamente. Chegando a consequências políticas, devido ao conflito entre propriedade privada e pública, causado pelas exigências da morfologia moderna de “edifícios altos, separados uns dos outros, num terreno público em zona verde e de utilização colectiva máxima” (LAMAS, 2017, p. 348).



Para além das questões relacionadas à propriedade, um dos principais instrumentos para a organização da cidade moderna foi a “unidade de vizinhança”. As unidades de vizinhanças “deveriam ser controladas no número de habitantes e extensão territorial, tendo equipamentos e serviços, dispostos de tal modo que a população estabelecesse espontaneamente relações sociais e comunitárias” (LAMAS, 2017, p. 317). As unidades habitacionais deveriam ser delimitadas em todos os seus lados por vias largas, que permitissem o trânsito passar pelas unidades, porém sem atravessá-las, e possuir um sistema de pequenos parques e áreas recreativas (LAMAS, 2017). Essa configuração permitiria ordenar a expansão urbana, por meio da agregação de novas unidades, estabelecendo um processo racionalizado e lógico, porém, passível de críticas, uma vez que abstraía toda a complexidade urbana e da vida social.

O Movimento Moderno, que tinha o habitar como ponto de partida e de sedimentação de sua reflexão, fez do habitat um arquétipo universal baseado em uma concepção biológica do indivíduo. A lógica do método empregado levava a uma padronização do conjunto dos espaços da vida social - edifício, bairro, cidade, território. É este arquétipo Moderno da ‘habitação-para-todos’, destinado a abrigar a família nuclear, mesclado, como no Brasil, com os princípios da repartição burguesa oitocentista parisiense, que vem sendo reproduzido ad infinitum, em todo o mundo de influência ocidental, durante todo o nosso século, com pequena variação local. (TRAMONTANO, 1997, p. 7)

2. A VERTICALIZAÇÃO HABITACIONAL NO CENTRO DE JOÃO PESSOA

O edifício alto e o processo de verticalização das grandes cidades do mundo sempre estiveram ligados a dois fatores prioritariamente: um de ordem econômica – valorização e multiplicação da terra urbana; e outro de ordem simbólica – a demonstração de progresso e modernidade de uma grande metrópole. (NERY, 2002, p. 154)

Embora em meados do século XX, João Pessoa não se configurasse como um grande centro urbano, o desejo por uma imagem de progresso e desenvolvimento econômico, alinhada às tendências das grandes metrópoles brasileiras, fazia-se presente (CHAVES; TINEM, 2013). Tal desejo era exposto nas páginas dos jornais, transcritos em publicações que repudiavam as antigas marcas de um passado colonial e aplaudiam iniciativas que deveriam servir de estímulo para apressar a “remodelação” da cidade.

As transformações urbanas desejadas para o centro da cidade não se restringiam apenas ao simbolismo, vinculavam-se também ao fator de ordem econômica, uma vez que não se fazia necessário o adensamento “para solucionar os problemas de moradia ou de controle da expansão da malha urbana” (CHAVES; TINEM, 2013, p. 6). Porém o mercado imobiliário via na verticalização uma oportunidade para aumentar os lucros com a multiplicação da terra urbana.

A primeira experiência de habitação multifamiliar em altura no centro da cidade data do ano de 1957, com o projeto do edifício de apartamentos Presidente João Pessoa, empreendido pelo Instituto de Aposentadoria



e Pensões dos Bancários (IAPB). De autoria de Ulysses Petrônio Burlamaqui, faziam parte do programa do projeto as residências para os associados, a sede do próprio Instituto e uma escola de música, que ocupava anteriormente o terreno doado para a construção, distribuídos em 18 pavimentos e em uma área aproximada de 8.500 m² (PEREIRA, 2008).

Com caráter de uso misto, nos quatros primeiros pisos foram instalados os serviços: delegacia do IAPB, sede do sindicato, ambulatório e conservatório. Do sexto ao décimo sétimo pavimento, foram distribuídas as 48 unidades habitacionais, apartamentos de três ou quatro quartos, em um bloco vertical elevado do restante da construção por pilotis. Embora a obra tenha sido iniciada nos primeiros meses de 1958, sua inauguração aconteceu tardiamente, em março de 1965 (PEREIRA, 2008).

Em 1959, foi publicado na revista Acrópole – periódico de arquitetura de grande circulação no Brasil – um projeto não realizado para o Edifício Caricé, de autoria dos arquitetos Florismundo Lins e Heleny Lins. A matéria apresentava uma descrição em detalhe da composição formal, além dos próprios desenhos.



Figura 1. Edifício de apartamentos Caricé, maquete do projeto de Florismundo Lins e Heleny Lins

Fonte: Revista Acrópole, 1959, p. 110

Embora “apresentando linhas simples, aspecto leve, e forma destinada a dar aos seus ocupantes as condições de vida ideal, tornando-se assim não uma obrigação, mas um prazer viver em seu interior” (PEREIRA, 2008, p. 185), o projeto foi rejeitado “por causa do aproveitamento proposto para o lote: 40 apartamentos distribuídos em dez andares” (PEREIRA, 2008, p. 185) e os próprios incorporadores, os engenheiros Walter Vinagre e Romildo Marques, propuseram um novo projeto. Segundo Romildo Marques, “[o projeto anterior] era um prédio menor de apartamentos maiores. Nós fizemos o prédio com três tipos de apartamentos, grandes, médios e pequenos, para atender a todas as classes” (PEREIRA, 2008, p. 185).

A nova proposta apresentava um número total de 117 unidades habitacionais, distribuídas em 14 pavimentos, e teve sua construção iniciada em 1964, sendo concluída por volta dos anos de 1970. O edifício



constitui o segundo exemplar de habitação multifamiliar em altura no centro de João Pessoa e seus projetos o objeto de estudo desse artigo.



Figura 2. Publicidade do edifício de apartamentos Caricé, projetado por Walter Vinagre e Romildo Marques
Fonte: Pereira, 2008, p. 187

3. OS PROJETOS PARA O EDIFÍCIO DE APARTAMENTOS CARICÉ

Tomando como referência os projetos propostos pelos arquitetos Florismundo Lins e Heleny Lins e pelos engenheiros Walter Vinagre e Romildo Marques, a seguir são descritas as tipologias e as configurações espaciais assumidas em cada uma das propostas.

Os projetos têm como tema o edifício de acesso coletivo, do tipo habitação plurifamiliar com acesso vertical múltiplo, e a configuração do sistema de distribuição permite classificá-los em diferentes tipologias.

3.1. A proposta de Florismundo Lins e Heleny Lins (1959)

Na primeira proposta, de autoria de Florismundo Lins e Heleny Lins, é possível identificar três organizações formais para os acessos. Nesse projeto, no 3º, 6º e 9º pavimento, o acesso horizontal múltiplo configura um edifício em galeria, como apresentando no Bloco do Pedregulho (1952) de Affonso Reidy e na *Unité d'Habitation* de Marselha (1952) de Le Corbusier.

Entretanto nos 1º, 2º, 4º, 7 e 10º pavimentos, a distribuição dos acessos leva a uma aproximação de um edifício em esquerdo – direito. Embora também seja plausível uma tipologia de um edifício com 2 apartamentos por piso para esses pavimentos, caso essa futura construção fosse configurada pela justaposição de edifícios independentes colocados em banda, como ocorre no conjunto de blocos de Alvalade, situados na Av. Estados Unidos da América (troço Av. Rio de Janeiro – Av. Aeroporto) em Lisboa, ou de uma torre habitacional para os 5º e 8º pavimentos.



Em relação aos acessos verticais, seus núcleos – compostos por uma escada e um elevador – configuram-se como volumes que se autonomizam do corpo do edifício e não apresentam uma distinção entre a circulação social e a de serviços.

Em relação aos tipos de apartamentos, o projeto publicado na Revista Acrópole apresentava 3 tipos distintos (A, B e C).

O apartamento do tipo A, com uma área aproximada de 106 m², é composto por um hall de entrada, uma sala comum, uma varanda, três quartos, um banheiro, uma cozinha, uma área de serviço, uma dependência completa de empregada (quarto e banheiro) e área de circulação.



Figura 3. 1º, 2º, 4º, 7º e 10º pavimentos – apartamentos tipo A
Fonte: Acrópoles, 1959, p. 110. Editado por Lídia Silva

O apartamento do tipo B tem aproximadamente de 85 m² e se diferencia do tipo A por apresentar apenas dois quartos.

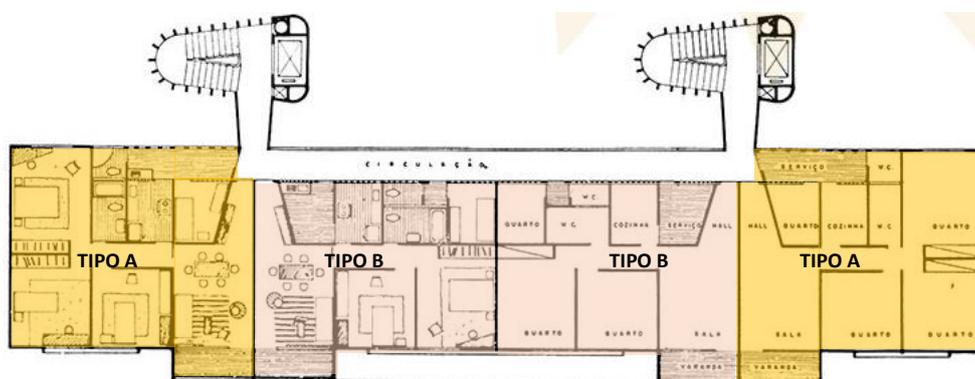


Figura 4. 3º, 6º e 9º pavimentos – apartamentos tipo A e B
Fonte: Acrópoles, 1959, p. 111. Editado por Lídia Silva

Diferentemente dos apartamentos tipos A e B, o tipo C se destaca pelo seu tamanho, com aproximadamente 202 m², e tem em sua configuração uma sala de estar, uma sala de jantar, duas varandas, uma sala de música, um bar, quatro quartos, dois banheiros, uma cozinha, uma área de serviço e uma dependência completa de empregada (quarto e banheiro).

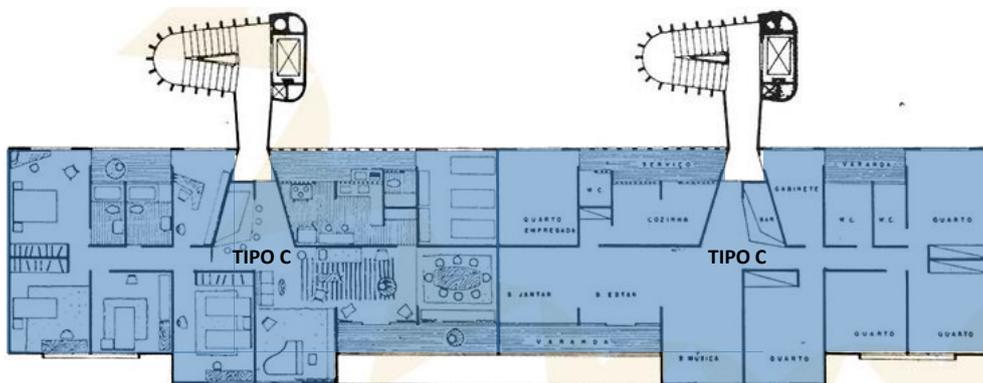


Figura 5. 5^o e 8^o pavimentos – apartamentos tipo C
Fonte: Acrópolis, 1959, p. 111. Editado por Lídia Silva

3.2. O projeto de Walter Vinagre e Romildo Marques (1964)

No segundo projeto, de autoria dos próprios incorporadores, os engenheiros Walter Vinagre e Romildo Marques, a distribuição dos acessos leva a uma configuração de edifício em galeria e sua planta assume um formato de “L”, diferente do “I” da proposta anterior.

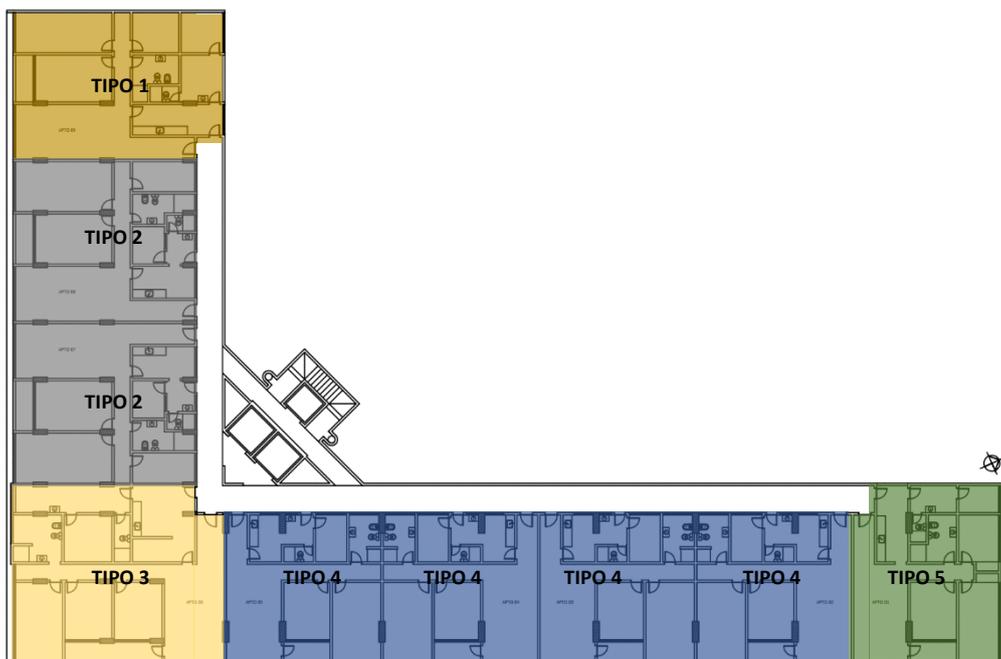


Figura 6. Planta baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos Caricé em 1964
Fonte: Acervo LPPM. Editado por Lídia Silva



A articulação entre os dois braços do “L” define a circulação horizontal, enquanto o acesso vertical é constituído por volume de base triangular, independente do corpo do edifício, onde a circulação social e de serviços apresentam-se separadas e com entradas distintas.

Os cinco tipos de apartamento apresentam o mesmo programa, composto por hall de entrada, sala comum, varanda, quartos, banheiro, cozinha, área de serviço e dependência completa de empregada. Entretanto diferentemente dos demais, que têm 3 quartos, o tipo 4 possui apenas dois dormitórios.

Em relação às áreas, os apartamentos tipos 1, 2, 3, 4 e 5 apresentam área aproximada de 124 m², 120 m², 150 m², 95 m² e 106 m², respectivamente.

3.3. Aproximações e distanciamentos entres os projetos

Ao comparar as diferentes formas de distribuição dos cômodos e de suas organizações espaciais, é possível verificar que nos dois projetos propostos há a distinção de três setores – social, íntimo e serviços. Além disso, observa-se que, nos diferentes tipos de apartamento, a conexão entre as zonas sociais e íntimas ocorre por meio das áreas de circulação, e que existe uma repetição do ordenamento “hall-sala-circulação-quartos-wc” em quase todos, com exceção do tipo C, no qual o bar assume as duas posições iniciais.

Outro aspecto que pode ser verificado condiz com o número de acessos ao interior dos apartamentos. No primeiro projeto, a ligação entre o interior e o exterior é feita de três maneiras distintas, onde em cada um dos tipos de habitação projetada, um dos acessos sempre ocorre pela área de serviço. Diferentemente do que acontece no segundo projeto, onde a quantidade ligações entre o interior e o exterior é a mesma para todos os tipos de apartamento, porém o acesso se dá de formas distintas, pela cozinha ou área de serviço.

Entre as diferentes organizações espaciais, chama a atenção o desenho do apartamento tipo C da primeira proposta. Este, além de apresentar um programa mais complexo do que os demais, apresenta uma articulação entre os ambientes gabinete de estudo-varanda-quarto e o acesso pelo exterior aponta para um perfil diferenciado dos seus habitantes.

É fato que os apartamentos da primeira proposta (tipo A, B e C) não seguem uma padronização em relação à distribuição dos espaços e fluxos. No sentido oposto, os tipos propostos no segundo projeto apresentam uma organização que se repete em quase todos, exceto o tipo 3, cuja ligação entre a zona social e a de serviços ocorre por uma pequena copa.

Em relação às áreas destinadas para cada um dos setores, observa-se uma predominância das zonas íntimas. Entre os diferentes apartamentos, destacam-se o tipo 2, que embora com uma das maiores áreas, apresenta proporcionalmente umas das menores circulações, e o tipo 3, visto que é um dos únicos a possuir um setor de serviços com área maior que a do setor social.



Autoria	Apto	Área total	Setor social	Setor íntimo	Setor serviços	Circulação	% social	% íntimo	% serviços	% circ.
Florismundo Lins e Heleny Lins	Tipo A	100,7	24,8	49,97	21,37	4,51	24,64	49,65	21,23	4,48
	Tipo B	85,25	25,59	34	20,59	5,07	30,02	39,88	24,15	5,95
	Tipo C	202,9	65,36	89,37	41,67	6,49	32,21	44,05	20,54	3,20
Walter Vinagre e Romildo Marques	Tipo 1	124	36,5	50,7	30,88	5,92	29,44	40,89	24,90	4,77
	Tipo 2	119,5	36,67	54,48	21,64	6,75	30,68	45,57	18,10	5,65
	Tipo 3	149,9	38,82	51,85	49,75	9,5	25,89	34,59	33,18	6,34
	Tipo 4	95	31,65	36,15	19,84	7,36	33,32	38,05	20,88	7,75
	Tipo 5	106,2	31,03	47,04	23,93	4,15	29,23	44,31	22,54	3,91

Tabela 1. Áreas totais e dos setores funcionais dos de apartamentos em m²

Fonte: Elaboração própria, 2019

Na relação com a cidade, nos dois projetos a edificação é implantada solta no lote e em seu entorno são propostos pequenos jardins e áreas recreativas.

Observa-se na planta de situação apresentada pela revista Acrópole que o desenho do terreno, na primeira proposta, se configura de forma diferente da proposta dos incorporadores. Não se sabe ao certo o porquê, não havendo registros que esclareçam essa divergência. Porém pode-se levantar a suspeita que não era de total conhecimento dos arquitetos Florismundo Lins e Heleny Lins o formato do lote para qual estavam projetando ou que não foi de interesse uma tentativa de máximo aproveitamento.

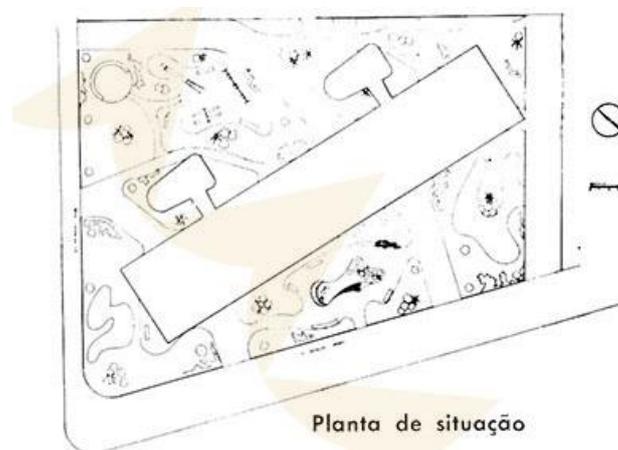


Figura 7. Planta de situação edifício de apartamentos Caricé, projeto de Florismundo Lins e Heleny Lins

Fonte: Revista Acrópole, 1959, p. 110.



Figura 8. Planta de implantação do edifício de apartamentos Caricé, proposta por Walter Vinagre e Romildo Marques

Fonte: Acervo LPPM.

Frente a essas descrições, é possível confrontar as composições e a influência do movimento moderno em cada uma das propostas. Nesse sentido, o primeiro ponto a ser observado é se os projetos são respostas às demandas econômicas e ideológicas do século XX. Sobre isso, afirma-se que as duas versões, que representam experiências de habitação multifamiliar em altura, deflagram um processo que é visto como uma condição essencial para uma cidade moderna, e que tem como símbolo maior a construção de edifícios altos modernos. Entretanto a primeira versão se coloca aquém do fator econômico, dos interesses dos agentes imobiliários, ao não maximizar o uso do solo urbano em uma área bastante valorizada.

Um segundo aspecto relaciona-se com a questão dos requisitos mínimos de vida com custos reduzidos, delineados pelo ideário moderno. Essa questão é contemplada plenamente pela segunda proposta, visto que o projeto apresenta uma maior racionalização dos espaços e dos custos, a partir da repetição do programa e da distribuição dos espaços. Já a primeira proposta peca nesse aspecto, ao ter o projeto de um tipo de apartamento (tipo C) que ultrapassa uma área de 200 m² e tem em sua configuração sala de música e gabinete.

Em relação aos compartimentos, observa-se que em ambos os projetos existe a preocupação de ser ter um cômodo, mesmo que pequeno, para cada membro da família, e a separação da cozinha e da sala de banho. Além disso, verifica-se a fusão entre as salas de estar e jantar em um espaço único, tendo apenas com exceção o tipo C, da primeira proposta, no qual esses espaços configuram-se como cômodos distintos.



Sobre a setorização do apartamento, observa-se que nas duas versões é adotado um zoneamento em que há a delimitação da casa em três zonas, reproduzindo a tripartição funcional da casa burguesa. Além disso, verifica-se nas propostas a manutenção da dependência completa de empregada, com acesso distinto pelo setor de serviços.

Os dois projetos propõem edifícios como blocos regulares elevados sobre pilotis, com a predominância em suas fachadas de marcação das linhas horizontais, demonstrando a influência das possibilidades projetuais plásticas do movimento moderno nas duas versões do edifício Caricé. Além disso, ambas as propostas não consideram a cidade tradicional, na medida em que propõem um volume isolado no espaço. Entretanto o projeto de Florismundo Lins e Heleny Lins é claramente mais moderno, na medida em que a implantação do edifício evita o paralelismo com qualquer uma das ruas que formam o quarteirão, reforçando o seu caráter de bloco isolado no espaço, tão característico do ideário do movimento moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão de literatura pôde-se fazer um recorte sobre os principais aspectos relacionados à organização da habitação, à agregação dos alojamentos e à cidade moderna discutidos pelos CIAM, os quais serviram de parâmetros para as observações desenvolvidas.

A partir da leitura das plantas dos edifícios e dos apartamentos, foi possível observar que as duas versões se relacionavam com o fator de ordem ideológica, porém apenas a segunda proposta resguardava o fator econômico ao apresentar em sua composição uma maior padronização e uma tentativa de aproveitamento máximo do solo urbano.

Além disso, foi possível verificar que, embora ambas as propostas rejeitem a cidade tradicional, ao propor edifícios isolados, o projeto de Florismundo Lins e Heleny Lins apresenta uma implantação claramente mais moderna do que projeto de Walter Vinagre e Romildo Marques. Porém ao analisar outras características como o dimensionamento dos espaços e o uso mais eficiente do solo, o projeto de Walter Vinagre e Romildo Marques pode ser considerado muito mais moderno que o de Florismundo Lins e Heleny Lins.

Nesse sentido, pode-se concluir que em ambas as propostas são perceptíveis as contribuições do ideário moderno nos projetos para o edifício de apartamentos Caricé, porém em graus e aspectos diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRÓPOLE. jan. 1959, ano 21, nº 243, p. 110-111.

A UNIÃO. Crescer para cima, 05 mar. 1963, p.3.

A UNIÃO. O prédio mais alto da cidade, 31 jan.1958, p.3.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. 3.ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.



CHAVES; TINEM. Contribuição da documentação em arquitetura para o registro e estudo da arquitetura moderna de João Pessoa entre 1958-1975. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 4, n. 2, 2013.

COELHO, Carla Maria Teixeira. Habitação coletiva moderna no Rio de Janeiro: considerações sobre sua preservação. **Revista CPC**, n. 22, p. 15-40, 2017.

COSTA, João Pedro. **Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português**. 4.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. 1.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KLEIN, Alexander. **Vivienda mínima: 1906-1957**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980.

KOPP, Antonele. **Quando o moderno não era estilo e sim uma causa**. 1.ª ed. São Paulo: Nobel, 1990.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 9.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

MACEDO, Priscila Ferreira de; ATAÍDE, Ruth Maria Costa; SILVA, Heitor Andrade. Métodos de avaliação de projetos habitacionais: proposta metodológica de avaliação de plantas no contexto contemporâneo brasileiro. **Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 3, n. 2, p. 36-50, 2018.

NERY, Juliana Cardoso. **Configurações da MetrÓpole Moderna: Os Arranha-Céus de Belo Horizonte 1940/1960**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 2002.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade de São Paulo, São Paulo, USP, 2008.

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à história da arquitetura: das origens ao século XXI**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PEREIRA, Sandra Marques. Pressupostos ideológicos da casa actual: o espaço como veículo do Ideário moderno. **CIDADES, Comunidades e Territórios**, n. 8, p. 77-93, 2004.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RYBCZYNSKI, Witold. **La casa: historia de una ideia**. 1.ª ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 1991.

TRAMONTANO, Marcelo. **Habitações, metrópoles e modos de vida**. Por uma reflexão sobre o espaço doméstico contemporâneo. 3.º Prêmio Jovens Arquitetos, categoria "Ensaio Crítico". São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil/Museu da Casa Brasileira, 1997. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>>. Acesso em: 18 fev. 2019.